

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.21.0016.0038302/2023-03

CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE DESIGN GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROCON - PI

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
REFERÊNCIAS: ARTS.: 12 A 24 DA IN SGD/ME Nº 94, DE 2022

1. Condições gerais da contratação (Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a')

1.1. Contratação de licenciamento relativo ao direito de uso de softwares e serviços agregados, com direito de atualização e suporte conforme especificações e quantidades indicadas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. O objeto é composto pelos seguintes itens:

LOTE	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO CARSER	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	27502	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS	Licença Subscrição por 36 meses	5

1.3. Os itens descritos na tabela serão adjudicados por lotes e item isolado, conforme indicação na tabela acima. O objeto da licitação tem a natureza de bens e serviços comuns, pois trata-se de produtos de software padronizados e disponibilizados pelos fabricantes por meio de condições de comercialização usuais de mercado; podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, e tem como base a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023 e a Nova Lei de Licitações e Contratos nº [14.133/2021](#).

1.4. Os softwares de design gráfico constantes no objeto da presente contratação possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de softwares que, de posse das especificações contidas no Termo de Referência, os licitantes podem cotar preços oferecendo itens que já se encontram disponíveis de forma padronizada no mercado atual.

1.5. Das soluções apresentadas neste termo de referência, os produtos de que trata o

subitem 1.2 do TR (item 1) constam de Catálogo de Soluções de TIC, instrumento previsto [na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#).

1.6. Em atenção ao disposto na IN. 94/2022 SGD/ME, as condições de contratação desses produtos, quando aplicado, observam integralmente aquelas condições constantes do Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços ADOBE - versão 2.0.0, publicado em 8 de julho de 2021 (Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-e-servicos-adobe-1.pdf>).

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da ativação da licença, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.8. A nova subscrição deverá manter as características e recursos da subscrição atual conforme VIP ID no. F2FD2BC3D8118866BB5A.

1.9. O objeto da contratação será composto por 1 (um) item, de preço total orçado pela administração no valor de R\$ 69.875,00 (Sessenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais). Sendo assim não há a possibilidade de parcelamento do objeto por se tratar de solução única e indivisível, não configurando como atividade vedada conforme disposto no Art. 3º da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

2. Descrição da solução de TI (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

2.1. São bens e serviços que compõem as Soluções de Design Gráfico, objeto deste Termo de Referência:

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<ul style="list-style-type: none">• Licença Creative Cloud Todos os Apps;• Licenciamento subscrição usuário nomeado;• A ativação (logon) está limitada a duas máquinas por pessoa por assinatura;• As licenças de software devem ser fornecidas em sua versão mais recente;• Serviço de Suporte Técnico e Garantia de Atualização durante o período da assinatura CONTRATADA;• A solução Creative Cloud é uma coleção com mais de 20 aplicativos para fotografia, vídeo, design, Web, experiência do usuário e redes sociais.• Estão incluídos na coleção os seguintes produtos: <p>Acrobat Pro - Criação, edição, conversão, compartilhamento e gerenciamento de PDFs. Acesso no desktop, na Web e em dispositivos móveis. Requisitos de Sistemas: https://helpx.adobe.com/br/acrobat/system-requirements.html</p> <p>Photoshop -Edição, composição e criação de imagens, ilustrações e artes. Requisitos de Sistemas: https://helpx.adobe.com/br/photoshop/system-requirements.html</p> <p>Illustrator - Criação de ilustrações e artes vetoriais, como logotipos, ícones, desenhos, tipografia e ilustrações para impressão, Web, vídeo e dispositivos móveis. Requisitos de Sistemas: https://helpx.adobe.com/br/illustrator/system-requirements.html#ai-on-the-desktop</p>

1

**ADOBE
CREATIVE
CLOUD VIP
TEAMS ALL
APPS 36
MESES**

InDesign - Design de páginas e layout para mídia impressa e digital. Permite criar, comprovar e publicar documentos como pôsteres, livros, revistas digitais, eBooks, PDFs interativos.

Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/indesign/system-requirements.html>

Premiere Pro - Criação e Edição de vídeos profissionais para cinema, TV e Web. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/premiere-pro/system-requirements.html>

After Effects - Animações e efeitos visuais cinematográficos.

Requisitos de Sistemas: <https://helpx.adobe.com/br/after-effects/system-requirements.html>

Lightroom - Edite, organize, armazene e compartilhe fotos em qualquer lugar no desktop, na Web e em dispositivos móveis.

Requisitos de Sistemas: <https://helpx.adobe.com/br/lightroom-cc/system-requirements.html>

XD - Design, prototipagem e compartilhamento de experiências de usuário para Web, dispositivos móveis e voz. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/pt/xd/systemrequirements.html>

Animate - Animações vetoriais interativas para várias plataformas. Animações vetoriais e bitmap interativas para jogos, aplicativos e Web, desenhos animados e anúncios de banner. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/animate/system-requirements.html>

Lightroom Classic - Ferramentas de edição de fotos desenvolvidas para desktop. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/lightroom-classic/system-requirements.html>

Dreamweaver - Criação e desenvolvimento de sites modernos e responsivos. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/dreamweaver/system-requirements.html>

Dimension - Criação em 3D para marcas, fotos de produto, designs de embalagem e trabalhos criativos. Requisitos de

Sistemas: <https://helpx.adobe.com/br/dimension/system-requirements.html>

Audition - Criação e mixagens de efeitos sonoros com o software de edição de áudio digital. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/audition/system-requirements.html>

InCopy - Colaboração com redatores e editores. Com o InCopy, os redatores e editores podem formatar textos, controlar alterações e fazer modificações simples de layout enquanto os designers trabalham no mesmo documento do InDesign, sem afetar as contribuições uns dos outros. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/incopy/system-requirements.html>

Character Animator - Ferramenta de captura e animação de movimento que oferece uma solução acessível para animação intuitiva de personagens 2D, animação ao vivo e de fácil compartilhamento e publicação de personagens. Requisitos de

Sistemas: <https://helpx.adobe.com/br/adobe-character-animator/system-requirements.html>

Capture - Transforme qualquer foto em um tema de cor, aparência, gráfico de vetor ou pincel exclusivo. Capture combinações de cores, texturas e muito mais no smartphone para usar em projetos de vídeo, foto e design. Usa o dispositivo móvel como um conversor vetorial para transformar fotos em temas de cores, padrões, fontes, materiais, pincéis e formas

Fresco - Coleção de pincéis de vetor e rasterizados, para proporcionar uma experiência natural de pintura e desenho.

Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/fresco/system-requirements.html>

Bridge - Software de gerenciamento de ativos digitais.

Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/bridge/system-requirements.html>

Creative Cloud Express - Criação de conteúdo com rapidez e facilidade usando milhares de modelos.

Premiere Rush - Criação de vídeos em qualquer lugar e compartilhamento nas redes sociais. Requisitos de Sistemas:

<https://helpx.adobe.com/br/premiere-rush/system-requirements.html>

Photoshop Express - Edite e transforme fotos em qualquer lugar.

Photoshop Camera - Captura e compartilhamento de fotos.

Media Encoder - Crie vídeos otimizados para qualquer tamanho e resolução de tela.

Aero - Crie e compartilhe experiências imersivas de realidade aumentada, sem necessidade de programação.

Scan - Captura e converte documentos, formulários, cartões de visita e quadros brancos em Adobe PDFs de alta qualidade.

Fill & Sign - O aplicativo permite tirar uma foto de um formulário impresso, preenchê-lo, assiná-lo e enviá-lo pelo celular ou pelo tablet.

Acrobat Reader.

- Ferramentas de administração centralizada para implantar aplicativos e gerenciar produtos e usuários através Admin Console online;
- Bibliotecas da Creative Cloud para compartilhar ativos entre aplicativos e dispositivos e sincronização instantânea;
- Adobe Fonts, Adobe Color e Behance;
- Adobe Talent;
- Integração com aplicativos populares como Slack, Microsoft Teams e Gmail;
- Armazenamento na nuvem por usuário;
- Suporte técnico 24 horas com linha telefônica dedicada, e-mail, chat, fóruns e tutoriais;
- Serviços de especialistas - 2 sessões anuais de consulta

		individuais por usuário e atendimento por telefone para acompanhamento de instalação; • Propriedade dos ativos criados e das contas dos usuários: Adobe ID - propriedade do usuário.
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3. Justificativa para a contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b')

3.1. As aquisições das licenças mencionadas têm como objetivo atender às demandas da COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS) da Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí. A CCS desempenha um papel crucial na preservação da imagem institucional, buscando a excelência na consolidação da reputação do MPPI. Para alcançar esse objetivo, a CCS procura desenvolver produtos de comunicação atrativos, com maior eficácia e eficiência, profissionalizando e aprimorando continuamente suas atividades. Portanto, é essencial ter acesso a programas de edição de imagens, desenvolvimento de projetos gráficos e produção de vídeos.

3.2. No âmbito do setor de Educação para o Consumo do PROCON/PI, que faz parte da Escola Estadual de Defesa do Consumidor (EEDC), são realizadas ações educativas voltadas para os consumidores. A criação de artes através das ferramentas do Adobe Creative Cloud desempenha um papel crucial nessas atividades, aprimorando o design da informação. O Adobe Creative Cloud, por sua vez, possui ferramentas fundamentais para a elaboração de slides, banners, folders e demais elementos que possam contribuir para o sucesso das ações educativas desenvolvidas por esse setor. Contudo, as licenças em uso estão perto de serem expiradas, gerando a necessidade de uma nova contratação.

3.3. O MPPI possui 04 licenças deste software, que são utilizadas nas seguintes unidades: 03 licenças na Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) e 01 licença no Setor de Educação para Consumo do PROCON/PI.

3.4. A CCS solicita uma licença adicional devido ao crescimento do número de colaboradores capacitados para utilizar as ferramentas da Adobe Creative Cloud, ao aumento do número de equipamentos compatíveis e à crescente demanda da Coordenadoria.

3.5. O objeto da contratação está prevista no PAC 2024 com o código CTI-10 e já foi aprovado pelo Comitê Estratégico de TI do Ministério Público do Piauí na reunião extraordinária nº 02/2023.

3.6. Alinhamento aos instrumentos de planejamento institucionais

ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA INSTITUIÇÃO	
ID	Objetivos Estratégicos
OE9	Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários.
OE13	Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.
ALINHAMENTO AO PAC 2024	
ITEM/CATEGORIA	DESCRIÇÃO
CTI-10	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES (ADOBE CREATIVE CLOUD)

4. Requisitos da contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd')

4.1. Requisitos de negócio

4.1.1. Possuir recursos para projetos de criação: fotografia, design gráfico, edição de vídeo, design de UX, desenho e pintura, redes sociais, entre outros. O conjunto reúne aplicativos como Photoshop, Illustrator, Premiere Pro, Lightroom e Acrobat,

além dos demais listados no item 2.1 deste Termo de Referência.

4.2. Requisitos de capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados aos objetos da presente contratação.

4.3. Requisitos legais

A solução em estudo deverá estar alinhada com as seguintes normativas:

- Lei Complementar nº 123/2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 14.133/2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Federal nº 13.709/2018: dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- Decreto nº 7.845/2012: Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
- IN SGD/ME nº 94/2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. Instrução Normativa utilizada por falta de regulamentação local ou Estadual vigente e atualizada.

4.4. Requisitos de manutenção

4.4.1. Licença de uso dos aplicativos deve permitir que o usuário faça a sua transferência e do software respectivo para um novo microcomputador em caso de falha de hardware.

4.5. Requisitos temporais

4.5.1. A contratação visa a aquisição de licenças por um período de 36 (trinta e seis) meses.

4.5.1.1. Os softwares deverão ser disponibilizados por meio de download em link direto, próprio, com chave de segurança exclusiva para o Ministério Público do Estado do Piauí, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento por parte da CONTRATADA;**

4.5.1.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de entrada da respectiva nota fiscal/fatura, pelas unidades demandantes, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta/Nota fiscal;

4.5.1.3. A verificação técnica e o recebimento definitivo das licenças deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega;

4.5.1.4. O aceite definitivo das licenças será efetuado por servidores designados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI em conjunto com, pelo menos, um servidor do setor solicitante da licença;

4.5.1.5. O serviço prestado em desacordo com o especificado neste Termo de Referência e na proposta do fornecedor será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a empresa fornecedora a refazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis e sem ônus para o MPPI, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega;

4.5.1.6. O serviço será inteiramente recusado caso tenha sido prestado com

especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência.

4.6. Requisitos de segurança e privacidade

4.6.1. As soluções deverão atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Ministério Público do Estado do Piauí.

4.7. Requisitos sociais, ambientais e culturais

4.7.1. Os itens contratados devem estar aderentes, no que couber, ao [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#), e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União, e, ainda, às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1.1. Os softwares e qualquer documentação relacionada deverão ser entregues, preferencialmente, em língua portuguesa (Brasil), ou, na sua impossibilidade, em língua inglesa;

4.7.1.2. Devem vir acompanhados de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações, para seu uso e operação, quando não disponíveis no site do fabricante.

4.8. Requisitos da arquitetura tecnológica

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes estabelecidas pela área técnica da CONTRATANTE.

4.8.1.1. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE.

4.8.1.2. Os softwares devem ser compatíveis com o Sistema Operacional Windows 10 (64 bits), ou versão posterior.

4.8.1.3. As licenças serão adquiridas por um período de 36 (trinta e seis) meses.

4.8.1.4. Não serão aceitas licenças para uso doméstico e/ou educacional.

4.9. Requisitos de implantação

4.9.1. As licenças de uso deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.9.1.1. As licenças deverão ser completas e não podem pertencer a pacotes de regularização franqueados pelos fabricantes, nem a programas OEM ou similares;

4.9.1.2. O licenciamento de uso dos aplicativos deve ser por um período de 36 (trinta e seis) meses;

4.9.1.3. Para acesso às licenças a conta cadastrada no fabricante deverá ficar no nome do CONTRATANTE;

4.9.1.4. Deverá ser garantido suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença de uso, caso a equipe técnica do CONTRATANTE tenha dificuldades em realizar a implantação do aplicativo.

4.10. Requisitos de garantia, manutenção e assistência técnica

4.10.1. O prazo de garantia legal é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações. O período de garantia contratual referente ao suporte é de 36 (trinta e seis) meses, quanto ao funcionamento/desempenho do software.

4.10.1.1. A empresa fornecedora deve garantir serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade das licenças, em horário comercial, em dias úteis, por telefone ou via web e em língua portuguesa (BR).

4.10.1.2. A CONTRATADA deverá, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, disponibilizar novas versões da solução que forem lançadas para correções de

falhas na aplicação (bugs) ou atualizações e melhorias.

4.10.1.3. A empresa CONTRATADA será responsável pela substituição, troca ou reposição das licenças que forem entregues com qualquer defeito, erro, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

4.10.1.4. Não serão aceitos produtos com data de lançamento defasada, em versões anteriores à última disponibilizada pelo fabricante, ou que comprometa a plena utilização de todos os softwares inclusos no pacote adquirido.

4.10.1.5. No caso de falhas surgidas no decorrer da execução contratual, a empresa fornecedora terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para solução do problema, sob pena de aplicação de multa, conforme previsão no item 8 deste Termo de Referência.

4.10.1.6. A CONTRATADA prestará garantia pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do Contrato, em face de quaisquer problemas na aquisição da subscrição da licença ou no fornecimento do arquivo digital da aquisição de licenciamento e/ou registro da contratação no site oficial de licenciamento do software.

4.10.1.7. Nesta garantia constam todos os pacotes de atualizações, que porventura surjam, para a versão ofertada.

4.11. Requisitos de experiência profissional

4.11.1 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

4.12. Requisitos de metodologia de trabalho

4.12.1. O fornecimento das licenças de uso está condicionado ao recebimento, pelo Contratado, de Ordem de Serviços (OS) emitida pelo CONTRATANTE e assinada pela CONTRATADA no sistema SEI/MPPI.

4.12.1.1. A Ordem de Serviços indicará a quantidade e os dados para entrega dos serviços de subscrição de licenças de uso;

4.12.1.2. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica;

4.12.1.3. O andamento da prestação dos serviços deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

4.13. Vistoria

4.13.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.14. Sustentabilidade

4.14.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e legislação aplicável, a exemplo da IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, no que couber.

4.15. Indicação de marcas ou modelos

4.15.1. Na presente contratação será admitida a indicação de marca, característica e modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e nos seguintes termos:

4.15.1.1. O MPPI utiliza 04 licenças do Adobe Creative Cloud for teams, All Apps, nas seguintes unidades: 03 licenças na Coordenadoria de Comunicação Social (CCS); 01 licença no Setor de Educação para Consumo do PROCON/PI;

4.15.1.2. A presente contratação visa à manutenção das condições de

trabalho das unidades solicitantes, por meio da continuidade de utilização dos referidos softwares;

4.15.1.3. Por já serem utilizados no MPPI não há necessidade de capacitação nos referidos softwares.

4.16. Subcontratação

4.16.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17. Garantia da contratação

4.17.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.18. Informações relevantes para o dimensionamento E/OU apresentação da proposta:

4.18.1. A demanda do órgão tem como base as características já expressas no item [Descrição da solução de TI](#), onde constam os itens especificados e preços individuais a serem discriminados para a composição do preço global.

5. Papeis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os dados cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado, bem como realizar testes de forma a verificar se atende às especificações e condições exigidas, atestando nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;

5.1.11. Verificar itens entregues nos quantitativos e versões contratados;

5.1.12. Responsabilizar-se pelo pagamento das soluções fornecidas pela CONTRATADA;

5.1.13. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;

5.1.14. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido;

5.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados

pela CONTRATADA;

5.1.16. Informar à CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente na execução do objeto contratual;

5.1.17. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la perante a CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os dados produzidos em decorrência da relação contratual à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de dados produzidos, sem perda de informações, quando for o caso.

6. Modelo de execução do contrato

6.1. Condições de execução

6.1.1. Do encaminhamento formal das demandas:

6.1.1.1. O CONTRATANTE emitirá a Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho para o início dos serviços/entrega dos bens desejados.

6.1.1.2. O CONTRATADO deverá fornecer as licenças de uso com as mesmas configurações e quantidades definidas na Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho.

6.1.1.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de entrada da respectiva nota fiscal/fatura, pela unidade demandante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta/nota fiscal.

6.1.1.4. A verificação técnica e o recebimento definitivo das licenças deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega.

6.1.1.4.1. O aceite definitivo das licenças será efetuado por servidores designados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI em conjunto com, pelo menos, um servidor do setor solicitante da licença.

6.1.1.4.2. As licenças entregues e os serviços prestados em desacordo com o especificado neste Termo de Referência e na proposta do

fornecedor serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a empresa contratada a corrigi-los, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e sem ônus para o MPPI, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

6.1.1.5. As licenças entregues e os serviços serão inteiramente recusados caso não tenham sido prestados conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

6.2. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

6.2.1. Condições de entrega:

6.2.1.1. O prazo de início dos serviços/entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento por parte da CONTRATADA, em remessa única..

6.2.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2.1.3. Os softwares deverão ser disponibilizados por meio de download, em link direto, próprio, com chave de segurança exclusiva para o Ministério Público do Estado do Piauí. Deverá ser encaminhado um e-mail informativo para cti@mppi.mp.br;

6.3. Formas de transferência de conhecimento

6.3.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.4.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato englobam o fornecimento dos dados produzidos em decorrência da relação contratual, à Administração.

6.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.5.1. Cada Ordem de Serviço/Fornecimento ou Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

6.6. Mecanismos formais de comunicação

6.6.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO, os seguintes:

6.6.1.1. Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens;

6.6.1.2. Ofício;

6.6.1.3. E-mails.

6.7. Formas de Pagamento

6.7.1. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico específico deste Termo de Referência.

6.8. Manutenção de sigilo e normas de segurança (LEI N° 13.709/2018)

6.8.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.8.1.1 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do

CONTRATADO, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

6.8.2. Lei Geral de Proteção De Dados: Em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

6.8.2.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

6.8.2.2. Para fins de execução do objeto CONTRATADO e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o CONTRATANTE poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do CONTRATANTE;

6.8.2.3. Selecionada a empresa a ser contratada, para fins de assinatura do instrumento contratual, o representante legal da empresa e titular dos dados pessoais será cientificado pessoalmente do tratamento de seus dados a ser realizado pelo CONTRATANTE, na forma da Declaração de Concordância e Veracidade, conforme modelo constante no Anexo VI deste Termo de Referência.

7. Modelo de gestão de contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Fiscalização do contrato

7.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas descritas a partir do subitem 7.6 e, ainda:

7.5.1.1. A administração e fiscalização do contrato serão conduzidas por servidor(es) a ser(em) indicados(s) pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e pelas unidades demandantes. A responsabilidade pela designação recai sobre o Procurador-Geral de Justiça do Piauí, conforme estabelecido no Art. 1º do Ato PGJ nº 462/2013. Compete a eles:

7.5.1.1.1. Cumprir e fazer cumprir a contratação;

7.5.1.1.2. Reportar-se à Administração Superior da contratada ou diretamente ao seu Preposto, para tratar de assuntos relacionados à gestão do contrato;

7.5.1.1.3. Comunicar à Coordenadoria de Tecnologia da Informação o descumprimento de cláusula contratual e instaurar Procedimento Administrativo para apuração de irregularidade, quando devidamente autorizado;

7.5.1.1.4. Certificar a prestação dos serviços na nota fiscal/fatura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do documento e, após, encaminhá-lo para a Unidade financeira para fins de pagamento;

7.5.1.1.5. Requisitar a prestação dos serviços junto à CONTRATADA;

7.5.1.1.6. Tabular e controlar a quantidade de serviços solicitados, respeitando o limite contratado.

7.6. Fiscalização técnica

7.6.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.6.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.6.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.6.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.6.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

7.7. Fiscalização administrativa

7.7.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.8. Gestor do contrato

7.8.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8. Critérios de medição e pagamento

8.1. A avaliação da qualidade dos serviços prestados, para fins de aceitação, consiste na verificação do atendimento dos requisitos da contratação, em particular:

8.1.1. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas);

8.1.2. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do CONTRATANTE, legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

8.1.3. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

8.2. Do recebimento do objeto

8.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.2.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.3.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	OCORRÊNCIA	GLOSA/SANÇÃO
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 12 horas úteis.	Multa de 0,5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 20 dias úteis.
2	Não entregar os bens ou prestar os serviços nos prazos previstos neste TR.	Multa de 0,5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso, até o limite de 20 dias úteis.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato.

8.3.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.3.2.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.3.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

[Alterar a numeração - NÃO ESQUECER]

8.5. Da liquidação

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.5.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.5.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.6. Do prazo de pagamento

8.6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, a título de correção monetária.

8.7. Da forma de pagamento

8.7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.8. Da antecipação de pagamento

8.8.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8.9. Da cessão de créditos

8.9.1. Não será admitida, na presente contratação, a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9. Critério de reajuste

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/12/2023.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. Formas e critérios de seleção do fornecedor e regime de execução

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.1.1.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações (artigo 18, VIII da Lei 14.133/2021).

10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

10.3. Da aplicação da margem de preferência

10.3.1. As regras de preferência previstas no art. 1º do Decreto nº 7.174, de 2010, sofrerão as seguintes restrições:

10.3.1.1. Art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991: inviável a aplicação de margem de preferência para "bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País" ou "produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo"; e

10.3.1.2. Artigos 6º ao 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, não serão aplicados com fundamento no art. 10, I, do mesmo Decreto, que regulamenta a Lei Complementar nº 123, de 2006, sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs).

10.3.1.2.1. Os arts. 6º e 8º citados asseguram:

a) Processo licitatório destinado exclusivamente à participação de MEs e EPPs nos itens ou lotes de valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (art. 6º); e

b) Reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, para a contratação de MEs e EPPs, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto (art. 8º).

10.3.1.2.2. Como o objetivo desse tratamento diferenciado é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, segundo o art. 10 do citado Decreto nº 8.538, de 2015, essas prerrogativas não devem ser concedidas, se não houver o mínimo de três MEs/EPPs competitivas sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

10.3.1.2.3. São considerados âmbito local e regional, pelo art. 1º, §2º, I e II, do referido Decreto, os limites geográficos do Município, do Estado ou da região metropolitana onde será executado o objeto da contratação (que, no caso de Teresina, apenas inclui o município de Timon, no Maranhão).

10.3.1.2.4. Dessa forma, não tendo sido identificadas empresas que atendam às exigências para concessão das margens de preferência em âmbito regional, não será possível aplicar as regras dos arts. 6º ao 8º, em obediência ao disposto no art. 10, I, do Decreto 8.538, de 2015.

10.3.1.3. Não são aplicáveis as regras de preferência previstas no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021, para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

10.4. Exigências de habilitação

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes

requisitos:

Qualificação Técnica

10.4.1.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.4.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.4.1.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, para a prestação de serviços de subscrição de, no mínimo, 02 (duas) licenças, para todos os itens.

10.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. Estimativas do valor da contratação

VALOR ESTIMADO									
ID	DESCRIÇÃO	QTD (A)	DURAÇÃO	UND. MEDIDA	UASG: 926507 - VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	UASG: 179083 - VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	UASG: 70010 - VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR MÉDIO MENSAL (MEDIANA) (B)	VALOR TOTAL (A x B)
1	Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software - Aquisição de subscrição de licenças Adobe Creative Cloud for Teams (36 meses)	5	36 meses	und	R\$ 13.975,00	R\$ 19.900,00	R\$ 13.936,85	13.975,00	R\$ 69.875,00
	TOTAL ESTIMADO								R\$ 69.875,00

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 69.875,00** (Sessenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. Adequação orçamentária

12.1. A despesa decorrente da execução do objeto correrá à conta do orçamento do Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 25102 - Fundo de Modernização do Ministério Público;

Função: 03 - Essencial à Justiça;

Programa: 0013 - Ministério Público Resolutivo;

Projeto/Atividade: 4102 - Modernização do Ministério Público Estadual;

Fonte de Recursos: 759 - Recursos dos Fundos Especiais;

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

12.2. Cronograma físico financeiro

EVENTO	PRAZO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO
Subscrição de 5 (cinco) licenças de uso do software ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS (por 36 meses).	10 (dez) dias úteis, contados a partir da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento por parte da CONTRATADA	R\$ 69.875,00

13. Equipe de planejamento da contratação e aprovação

13.1. O Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Integrante requisitante
Edigar Nogueira Brandão Neto

Coordenador da CTI
Ítalo Garcia Araújo Nogueira

Integrante técnico
João Carlos Barbosa dos Santos

Subprocurador de Justiça
Institucional

ANEXOS

ANEXO I -TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ, por intermédio do FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.805.924/0001-89, sediado Rua Álvaro Mendes, 2294 – Centro, Teresina-PI - CEP 64000-060, CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, sediada em _____, CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), e os Decretos [7.724, de 16 de maio de 2012](#), e [7.845, de 14 de novembro de 2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada.

O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao

CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro - Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo - As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro - As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das

informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES.

Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;
- A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;
- O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro de Teresina, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da [Lei n. 11.419/2006](#) e da Instrução Normativa CNJ n.67/2015.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00X/20XX

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE TCMS

O(a) Sr(a) _____ [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF _____, ocupante do cargo de _____ na empresa _____, CNPJ _____, DECLARA, sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), emitido por ocasião da assinatura do contrato nº ____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data _____

Assinatura

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

NOME COMPLETO:

REGISTRO GERAL:

CPF:

E-MAIL DO USUÁRIO:

LOGRADOURO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

C.E.P.:

TELEFONE:

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI do MPPI-PI, declaro que aceito todos os termos e condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no [Decreto Nº 8.539, de 08/10/15](#), admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, alegação de uso indevido;
- a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
- as condições da rede de comunicação, do acesso ao provedor de internet e a configuração do computador a ser utilizado nas transmissões eletrônicas;
- a observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Por fim, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), declaro ciência do tratamento dos meus dados pessoais pelo TRE-PI, inclusive para sua publicação nos portais de Transparência do Órgão.

Local e data _____

Contratada:

Assinatura

Para que o acesso seja liberado e o cadastro aprovado o usuário deve acessar

a página do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do MPPI-PI, por meio do seguinte canal da internet e efetuar o cadastro como usuário externo do SEI, seguindo os procedimentos indicados no documento [Roteiro de cadastro de usuários externos do SEI](https://www.mppi.mp.br/internet/sei/manuais/): <https://www.mppi.mp.br/internet/sei/manuais/>

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

UASG: 926092

PREGÃO ELETRÔNICO nº

Nome da empresa: _____ CNPJ n.º _____

Endereço: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Conta corrente n.º _____ Banco: _____ Agência: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS (por 36 meses).	Licença	5		

Importa a presente proposta no valor total de R\$ _____ (_____).

- Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**
- Prazo de entrega: Conforme especificações do Termo de Referência.
- Declaramos que todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, estão inclusas na proposta.

Cidade - UF, ____ de _____ de 202_.

Assinatura do representante legal



Documento assinado eletronicamente por **ITALO GARCIA ARAUJO NOGUEIRA**, **Coordenador(a) de Tecnologia da Informação**, em 18/04/2024, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CARLOS BARBOSA DOS SANTOS**,
Chefe da Divisão de Atendimento ao Usuário, em 18/04/2024, às 11:47, conforme art.
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDIGAR NOGUEIRA BRANDAO NETO**,
Coordenador(a) de Comunicação Social, em 18/04/2024, às 18:10, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 24/04/2024, às 09:57, conforme art. 1º,
III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0723419 e o código CRC **022A3FAF**.